

DADOS DE INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA ABERTA: RUMO A UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

Discurso da Secretária de Estado Da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Maria Fernanda Rollo, proferido na sessão de abertura da Conferência de Dados de Investigação e Ciência Aberta, realizada a 22 de setembro de 2016.

O Governo e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) têm como prioridade o compromisso da ciência com os princípios e práticas da Ciência Aberta, estando empenhados na elaboração e implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta assente no enunciado de que o **Conhecimento é de Todos e para Todos**.

Este enunciado faz ainda mais sentido quando se trata de dados e resultados de investigação científica realizada com recurso a financiamento público.

Na prossecução desse objetivo, o MCTES publicou, em fevereiro, um documento com os [Princípios Orientadores para a Ciência Aberta | Conhecimento para Todos](#) onde estão definidas, entre outras metas, o cumprimento a 100% do depósito das publicações científicas e dos dados de investigação, resultantes de projetos com financiamento público, em repositórios em acesso aberto.

A Ciência Aberta não é, contudo, um fim em si mesmo mas, um meio que permite a translação do conhecimento científico para a comunidade científica, a sociedade e as empresas possibilitando desta forma ampliar o reconhecimento e o impacto social e económico da ciência.

A Ciência Aberta é mais do que a disponibilização em acesso aberto de dados e publicações, representa a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica.

Tem como pilares i) a transparência nas práticas, metodologia, observação e recolha de dados, ii) a disponibilização pública e reutilização de dados científicos, o acesso público e transparência na comunicação científica, iv) a utilização de ferramentas baseadas na web de forma a facilitar a colaboração científica.

Tem como vantagens i) aumentar a eficiência na investigação ii) aumentar o conhecimento do processo de trabalho científico ii) promover o rigor académico e a qualidade da investigação, iv) acelerar a criação de novos temas de investigação v) promover o envolvimento da sociedade e da cultura e da literacia científica vi) aumentar o impacto económico e social da ciência, vii) valorizar a propriedade intelectual.

A oportunidade para valorizar e dar visibilidade à produção científica feita em Portugal e em língua portuguesa, a possibilidade de estreitar e aprofundar a colaboração científica com os outros países de expressão portuguesa é também um aspeto relevante.

Neste sentido, a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta e de práticas de Ciência Aberta implicam não só a existência de políticas públicas adequadas, bem como a interiorização de metodologias, ferramentas e práticas de natureza colaborativa e a existência de infraestruturas de suporte. Requer o compromisso de todos os agentes envolvidos quer na produção, publicação, divulgação e utilização do conhecimento, e também a adequação dos modelos de financiamento e de avaliação da investigação científica. Implica uma mudança cultural de todos os que estão envolvidos no ecossistema científico.

Portugal tem estado na linha da frente no que diz respeito à implementação de práticas de disponibilização de publicações científicas em acesso aberto, possui uma infraestrutura madura e consolidada em torno do projeto RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. O RCAAP alberga 51 repositórios institucionais e 62 revistas científicas, agrega o portal OASIS.ibict.br no seguimento do memorando de entendimento com o Brasil e está agregado no Google e Google Scholar, no OpenAIRE, na B-on e no OASIS.ibict.br. Está parcialmente agregado no Ndltd - Networked Digital Library of Theses and Dissertations.

São já mais de 350 mil os documentos disponibilizados pelas instituições portuguesas, em acesso aberto, no portal RCAAP.

A partir de 2014 a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.) introduziu, no regulamento sobre Acesso Aberto a publicações científicas resultantes de investigação financiada por si, a obrigatoriedade do depósito num repositório da rede RCAAP.

Este regulamento encoraja, também, os investigadores com projetos financiados pela FCT, I.P. a partilharem os resultados primários e outros dados com a comunidade científica, colocando-os em bases de dados de acesso aberto.

A Portaria n.º 285/2015 de 15 de setembro aprova o Regulamento Técnico de Depósito de Teses e Trabalhos de Doutoramento e de Dissertações e Trabalhos de Mestrado, nos repositórios da rede RCAAP.

É, também, significativo o número de instituições portuguesas com políticas de acesso aberto definidas, existindo um conhecimento elevado e concordância relativamente ao Acesso Aberto entre a comunidade científica nacional.

Contudo, a assunção das práticas de Acesso Aberto, relativamente à gestão e partilha de dados científicos, bem como outras práticas de ciência aberta, precisam de uma maior interiorização por parte da comunidade académica.

Tendo em conta os aspetos referidos e a necessidade de a construção e implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta passar, obrigatoriamente, pelo envolvimento de todos os *stakeholders*, a [Resolução n.º 21/2016](#) do Conselho de Ministros de 11 de abril mandata o MCTES para criar um Grupo de Trabalho Interministerial (GT-PNCA). Este grupo está estruturado em duas comissões, uma consultiva e outra executiva, que integram representantes das instituições do sistema científico e tecnológico nacional, bem como de outras organizações relevantes e está organizado em torno de quatro eixos: i) Acesso aberto e dados abertos; ii) Infraestruturas e preservação digital; iii) Avaliação científica; iv) Responsabilidade social científica, competindo-lhe a produção de estudos e recomendações.

O grupo de trabalho tem, ainda, como missão apresentar uma proposta de plano estratégico para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta.

Nesta resolução o Conselho de Ministros 1 — Aprova, como princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta, que o Estado e as outras pessoas coletivas públicas que integram a sua administração indireta assumam, no desenvolvimento das suas atribuições: a) O acesso aberto às publicações resultantes de investigação financiada por fundos públicos; b) O acesso aberto aos dados científicos resultantes de investigação financiada por fundos

públicos; c) A garantia da preservação das publicações e dados de investigação de forma a permitir a sua reutilização e o acesso continuado. 2 — Estabelece que seja prosseguido um esforço de divulgação e discussão pública sobre os objetivos e as prioridades a considerar na configuração de uma Política Nacional de Ciência Aberta, do qual deve resultar uma Carta de Compromisso para a Ciência Aberta em Portugal.

A partilha de dados apresenta várias oportunidades para a ciência e a inovação quebrando barreiras territoriais, institucionais e disciplinares. A nível social e económico facilita o acesso à informação de forma ética potenciando a criação de valor e o retorno do investimento público. Apresenta um enorme potencial a nível educativo e até mesmo para a governação melhorando a transparência e a confiança da sociedade nas instituições governativas. No entanto, a abertura de dados em larga escala coloca, em si mesma, um desafio à ciência.

Conscientes das dificuldades e desafios, inerentes à partilha de dados de investigação em acesso aberto, que passam pela existência de infraestruturas adequadas, financiamento, novas metodologias de investigação, adequação a diferentes exigências disciplinares e formatos muito diversificados, planos de curadoria e preservação, armazenamento, acesso e utilização, proteção da propriedade intelectual, da privacidade e anonimização, salvaguarda de interesses comerciais entre outras. É neste contexto que se organiza em Portugal a primeira conferência e o primeiro fórum sobre dados de investigação e ciência aberta.

A conferência **“Dados de investigação e Ciência Aberta: rumo a uma estratégia nacional”**, tem como objetivo promover a reunião, a discussão e envolvimento dos responsáveis e decisores políticos, investigadores e coordenadores de projetos, gestores de ciência e gestores de infraestruturas e de serviços de informação, em torno deste tema. Conhecer práticas e iniciativas nacionais e internacionais, nomeadamente a nível europeu. Encontrar linhas orientadoras para uma estratégia nacional para a partilha dos dados de investigação.

O **“1.º Fórum Gestão de Dados de Investigação”** será um espaço de debate e partilha de ideias, projetos e boas práticas de gestão e uma oportunidade para a capacitação de investigadores e profissionais envolvidos na partilha e gestão de dados de investigação.

Pretende-se, a partir destas iniciativas, proporcionar o encontro da comunidade, a implementação de rotinas de reflexão e discussão, o desenvolvimento de competências técnicas e uma maior sensibilização, de todos os envolvidos no sistema científico nacional, para a importância da disponibilização de dados de investigação científica em acesso aberto, para que Portugal possa estar, também, neste campo na linha da frente.